



**COMISSÃO
REGIONAL DE
SOLUÇÕES
FUNDIÁRIAS**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS
crsolucoesfundiaras@tjba.jus.br
71 3372-5054

ATA DE REUNIÃO

| | | |
|---|--|--|
| Assunto: 12ª Reunião Ordinária da CRSF - Novembro de 2025 | | Data: 26/11/2025 |
| Secretários da reunião: João Gabriel Gonçalves e Mariana Batista | Local: Sala de reunião virtual da CRSF no app <i>Lifesize</i> | Hora Início/Fim: 14h30min às 15h40min |

PARTICIPANTES

| Integrantes | Confirmação de presença/ Ausência justificada |
|--|--|
| Desembargador Cláudio César Brega Pereira (Presidente da CRSF) | Presente |
| Juíza de Direito Maria Cristina Ladeia de Souza | Presente |
| Juíza de Direito Fernanda Karina Vasconcelos | Presente |
| Juiz de Direito Antônio Gomes de Oliveira Neto | Presente |
| Juíza de Direito Indira Fábila dos Santos Meireles | Presente |
| Juíza de Direito Mariana Deiró de Santana Brandão | Presente |



**COMISSÃO
REGIONAL DE
SOLUÇÕES
FUNDIÁRIAS**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS
crsolucoesfunditarias@tjba.jus.br
71 3372-5054

| | |
|--|----------|
| Juíza de Direito Marina Rodamilans de Paiva Lopes | Presente |
| Juiz de Direito Glaucio Rogerio Lopes Klipel | Presente |
| Juiz de Direito Marcus Aurelius Sampaio | Presente |
| Juiz de Direito Adriano de Lemos Moura | Presente |
| João Pedro Machado Ferri (Colaborador Terceirizado) | Presente |
| Nanci de Menezes Evangelista (Estagiária de Pós Graduação) | Presente |
| Luara Lourenço Vinhas (Estagiária de Pós Graduação) | Presente |

ITENS DE PAUTA

1. Encerramento da participação desta Comissão nos autos nº 8000358-26.2025.8.05.0133 - Itororó/BA, sob a relatoria do Exmo. Juiz Membro Dr. Marcus Aurelius Sampaio;
2. Considerações e comentários acerca da participação no I Encontro das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias da Justiça Federal, realizado em 29 de outubro de 2025, na Capital Federal;
3. Decisão de inadmissibilidade – Ipiaú/BA, sob a relatoria da Exma. Juíza Membro Dra. Mariana Deiró de Santana Brandão;
4. Decisão de inadmissibilidade – São Sebastião do Passé/BA, sob a relatoria da Exma. Juíza Membro Dra. Mariana Deiró de Santana Brandão;
5. Deliberação acerca da participação do INCRA desde o início dos procedimentos de mediação;
6. Apresentação, pela Secretaria da CRSF, da lista de distribuição de processos atualizada.



**COMISSÃO
REGIONAL DE
SOLUÇÕES
FUNDIÁRIAS**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS**

crsolucoesfunditarias@tjba.jus.br

71 3372-5054

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aberta a reunião, realizada em formato híbrido, registrou-se a presença dos membros da CRSF previamente mencionados. Após as saudações iniciais, o Desembargador Cláudio César deu início à pauta, apresentando a solicitação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para emissão de parecer acerca das atividades desempenhadas pelos membros da Comissão no ano de 2025. Na oportunidade, o Desembargador solicitou que cada integrante elaborasse um relatório sucinto das atividades por si desenvolvidas ao longo do ano.

Sobre o primeiro item da pauta, referente ao Processo nº 835826/2025, do município de Itororó, relativo à área denominada Fazenda Britos ou 'Probidade', com aproximadamente 200 hectares, o Relator, Dr. Marcus Aurelius Sampaio, informou que todas as tentativas de mediação e conciliação foram esgotadas, destacando que o INCRA não considerou o caso apto à desapropriação para fins de reforma agrária, que a SDA registrou que a propriedade não atinge o tamanho mínimo para concessão de crédito fiduciário e que o proprietário não demonstrou interesse na venda direta. Registrou-se, ainda, que a ocupação era formada por número reduzido de pessoas, instaladas em moradias pré-existentes e com poucas plantações de subsistência, sendo classificada como ocupação de 'ocasião', sem caráter permanente. Constatou-se também que a área possui relevo montanhoso, ausência de água, baixa aptidão agrícola e pequeno porte, conforme visita técnica realizada pelo Dr. Gláucio. Diante deste cenário, sobretudo diante da inexistência de alternativas institucionais de aquisição ou financiamento e da rejeição, em assembleia, de pré-acordo de desocupação proposto pelo proprietário, opinou pelo encerramento da atuação desta Comissão e da devolução dos autos ao juízo de origem para cumprimento da liminar. Todos os membros da Comissão seguiram o voto do Relator.

Acerca do item 2 de pauta, o Exmo. Juiz Membro Dr. Marcus Aurelius passou a tecer considerações sobre sua participação no Primeiro Encontro das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias da Justiça Federal, realizado em Brasília em 29 de outubro de 2025. Informou que o evento ocorreu em um único dia, com representantes das seis regiões do país, do Ministério Público Federal, da AGU e da Procuradoria da República. Relatou que participou do eixo temático voltado a questões quilombolas, indígenas e direitos originários, ressaltando que, na Justiça Federal, o enfoque recai sobre direito administrativo, direito público, meio ambiente e temas indígenas e quilombolas, diferindo da atuação da CRSF em conflitos possessórios privados. Comunicou que foram elaboradas cerca de dez a quinze propostas de ações, ainda em fase de ajustes. Por fim, registrou que temas específicos da região Sul da Bahia não foram abordados de forma objetiva, pois o encontro priorizou a apresentação de casos exitosos de mediação, afirmando, ademais, que o evento foi muito enriquecedor.



**COMISSÃO
REGIONAL DE
SOLUÇÕES
FUNDIÁRIAS**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS
crsolucoesfunditarias@tjba.jus.br
71 3372-5054

Ademais, foi debatido ponto apresentado pelo Desembargador Cláudio César relativo a questionamento formulado pelo Ministro Corregedor do CNJ acerca da existência de ato ou determinação que exigisse o georreferenciamento das matrículas dos imóveis, sobretudo na região Sul da Bahia. O Dr. Glaucio, lotado na comarca de Itabuna, esclareceu que, localmente, segue-se apenas o cronograma do georreferenciamento instituído, seja no momento das transferências, quando há transmissão de propriedade ou conforme o cronograma estabelecido na legislação destacando, ainda, o prazo final, que encerra-se em 2029. Acrescentou não haver conhecimento de ato normativo da Corregedoria que imponha determinação diversa.

Acerca do item n. 3 de pauta, foi concedida a palavra à Doutora Indira Meirelles, que apresentou dois pontos para discussão: (i) a necessidade de manter, como procedimento padrão, o chamamento do INCRA desde o ato inicial dos processos, ponderando que tal participação, especialmente em áreas sem potencial de desapropriação, não tem contribuído de forma eficaz para a mediação e, por vezes, tem gerado ambiente inicial desfavorável às tratativas; e (ii) a definição do papel da Comissão nas ações discriminatórias, questionando se estas deveriam ser efetivamente conduzidas pela CRSF, com referência específica a processo oriundo de Santa Maria da Vitória e às ações que permaneceram pendentes após encaminhamento em bloco ao final do ano anterior.

O Desembargador Cláudio César esclareceu, quanto ao chamamento do INCRA, que sua participação é relevante, porém deve ser analisada caso a caso, motivo pelo qual se deliberou pela retirada da obrigatoriedade de convocação automática, ficando a critério do magistrado condutor do processo a avaliação da pertinência e do momento oportuno da intervenção do órgão. Sobre as ações discriminatórias, informou que, após manifestações técnicas da Comissão, o tema foi encaminhado ao CNJ, que o remeteu à Procuradoria da República, resultando no acionamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encontrando-se atualmente sob análise da Procuradoria-Geral do Estado. Ressaltou que a maioria dessas ações não envolve conflito possessório coletivo, motivo pelo qual a Comissão, por ora, não adotará providências de campo, limitando-se ao apoio institucional para destravamento processual, sem realização de visitas ou intervenções diretas até que eventual conflito fundiário se configure.

Em seguida, passou-se **ao quarto item da pauta**, referente à decisão de inadmissibilidade desta Comissão nos autos nº 8001742-11.2025.8.05.0105, em trâmite na comarca de Ipiaú/BA, sob relatoria da Exma. Juíza Membro Dra. Mariana Deiró de Santana Brandão. Registrou-se que, embora tenha sido concedida liminar, não houve efetiva ocupação da área, e a CIMCAU, após visita técnica, informou em relatório que as famílias já haviam sido realocadas pelo Município. Diante desse contexto, a Relatora entendeu não haver fundamento para a continuidade da intervenção da Comissão, considerando o conflito superado, e opinou pela devolução dos autos ao juízo de origem, posição que foi unanimemente acolhida pelos demais membros.



**COMISSÃO
REGIONAL DE
SOLUÇÕES
FUNDIÁRIAS**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS**

crsolucoesfundiaras@tjba.jus.br

71 3372-5054

Ato contínuo, passou-se ao **quinto item da reunião**, referente à decisão de inadmissibilidade dos autos nº 8000552-14.2016.8.05.0239, oriundos da comarca de São Sebastião do Passé/BA, sob a relatoria da Exma. Juíza Membro Dra. Mariana Deiró de Santana Brandão. A Relatora informou que o processo, iniciado em 2016, recebeu novo impulso em 2025, quando os autores requereram reintegração de posse sob a alegação de que a área teria sido ocupada por indivíduos em fuga da polícia. Destacou que, tratando-se de ocupação por indivíduos não vulneráveis e sem configuração de conflito possessório coletivo, a matéria não se insere na competência desta Comissão. A decisão foi acompanhada por todos os membros.

Na sequência, a Dra. Fernanda suscitou dúvida acerca da atuação da Comissão em processos sem liminar concedida. A Dra. Marina Rodamilas citou, inclusive, caso de Lauro de Freitas, envolvendo área quilombola e sob sua relatoria desde 2024, no qual não havia decisão determinando a tutela possessória, motivo pelo qual cogitava devolvê-lo ao juízo de origem e possibilidade de reavaliar processo do mesmo município, com vistas à eventual remessa à Justiça Federal.

Em resposta, o Desembargador Cláudio Césare esclareceu que, à luz da Resolução do CNJ, a Comissão detém competência para intervir mesmo na ausência de liminar, ressaltando, contudo, que a atuação deve ser apreciada pelo relator de forma individualizada, conforme as particularidades do caso concreto. Enfatizou que a decisão sobre admitir ou não a intervenção insere-se no âmbito discricionário do relator, devendo considerar o contexto fático e a sensibilidade do processo, de modo a evitar a adoção de regra automática que admita ou exclua indistintamente todos os feitos sem decisão liminar.

Por fim, em atenção ao **item n. 6 da pauta**, o servidor João Gabriel apresentou tabela referente ao fluxo de distribuição dos processos, elaborada com o objetivo de garantir distribuição equitativa entre os membros da CRSF. Informou que a distribuição segue a ordem de antiguidade, observando a sequência cronológica de recebimento dos autos pelos relatores. Esclareceu também o sistema de compensação adotado, segundo o qual, após proferida decisão de inadmissibilidade, o magistrado retorna ao grupo sem restrições para nova distribuição, sendo posicionado ao final da lista de juízes aptos a receber novos processos. Por fim, registrou que, nas últimas semanas, houve ingresso expressivo de novos feitos, a maioria encaminhada para análise de admissibilidade, volume considerado atípico para o período.

A reunião foi encerrada com o agradecimento do Desembargador pela colaboração de todos.

DELIBERAÇÕES



**COMISSÃO
REGIONAL DE
SOLUÇÕES
FUNDIÁRIAS**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS**

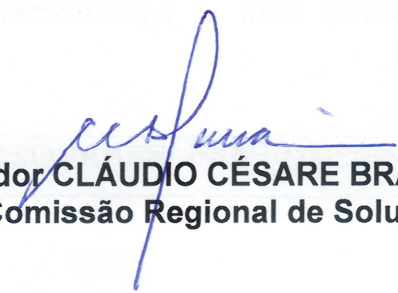
crsolucoesfunditarias@tjba.jus.br

71 3372-5054

Por fim, foram estabelecidas as seguintes deliberações:

1. Elaborar relatório das atividades exercidas pelos membros da CRSF ao longo do ano de 2025, a ser encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça;
2. Encerramento da participação desta Comissão nos autos nº 8000358-26.2025.8.05.0133, do município de Itororó, com devolução imediata dos autos ao juízo de origem para cumprimento da liminar, conforme voto do Relator;
3. Restou deliberado que o chamamento do INCRA dependerá da avaliação do relator, não havendo obrigatoriedade de convocação automática;
4. Restou deliberado que a Comissão não realizará diligências de campo nas ações discriminatórias em trâmite, limitando-se ao apoio institucional para destravamento processual, até nova manifestação dos órgãos competentes;
5. Determinar a inadmissibilidade do processo de nº 8001742-11.2025.8.05.0105 em trâmite na comarca de Ipiaú/BA, com devolução dos autos ao juízo de origem, diante da inexistência de ocupação e da realocação prévia das famílias, conforme voto da Relatora;
6. Determinar a inadmissibilidade do processo n. 8000552-14.2016.8.05.0239, em trâmite na comarca de São Sebastião do Passé/BA, por ausência de conflito possessório coletivo, com imediata devolução dos autos ao juízo de origem.

Nada mais havendo, a presente reunião foi encerrada.


Desembargador CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA
Presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias